Rádio comunitária em Timor-Leste: os meios de comunicação em novos tempos de cidadania

*Maria Inês Amarante**

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar um breve histórico da evolução dos meios de comunicação social em Timor-Leste, atendo-se, principalmente, ao desenvolvimento das rádios comunitárias, cuja implantação é bastante recente. Uma análise das perspectivas da expressão popular e da participação de um público jovem na programação radiofônica do veículo comunitário, a partir do exemplo da *Rádio Café Ermera*, aponta para a necessidade de se continuar e ampliar a experiência local como fator determinante do desenvolvimento. Nota-se que a educação da juventude e a preservação da identidade cultural da comunidade têm contribuído na conquista da cidadania e dos direitos humanos. O trabalho fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e documental, bem como em entrevistas realizadas com protagonistas dos meios de comunicação comunitários daquele país.

Palavras-chaves: Timor-Leste; meios de comunicação; rádio-comunitária; participação social

ABSTRACT

The objectif of this work is to present a historical briefing of the evolution of the social medias in East-Timor, principaly the development of community radios, whose implantation is recently. An analysis of the popular expression perspectives and the participation of the young public in the radiophonic programation from the community vehicle, from the example of Radio Café Ermera, points with respect to the necessity to continue and spread the local experience as determinative factor of development. Notice that the education of the youth and to maintenance the cultural identity the community it has contributed to obtain citizenship and the human rights. This work is based on bibliographical and documentary research and as well as in interviews done by persons who represents the community radios from that country.

Key words: East-Timor; social media; community radio; social participation

---

*Doutoranda em Comunicação e Semiótica pela PUCSP; Mestre em Comunicação Social pela UMESP; pesquisadora do Núcleo de Estudos em Comunicação Comunitária e Local e do Centro de Estudos da Oralidade. Entre 2005-06, atuou como professora do Programa de Qualificação de Docentes e Ensino de língua portuguesa no Timor-Leste, do MEC/CAPES, em Timor-Leste.

Oh, musa do meu fado Oh, minha mãe gentil
Te deixo consternado no primeiro abril
Mas não sê tão ingrata, não esquece quem te amou
E em tua densa mata se perdeu e se encontrou ...

Introdução

Ao se estudarem fenômenos sociais de Timor-Leste é imprescindível relembrar sua história mais recente. Assim, estes primeiros versos que compõem e dão vida ao *Fado Tropical* de Chico Buarque e Rui Guerra, escrito nos anos 1970, e que evocam a independência das ex-colônias portuguesas, talvez seja um bom começo. Foi a partir dessa opção pela liberdade que o país se viu invadido pelo vizinho indonésio e, contrariamente ao destino de outros irmãos lusófonos - que puderam lutar para reerguer-se, teve sua história marcada por 25 anos de domínio e destruição, com lutas intestinas de resistência e uma diáspora sem precedentes. Apenas a partir de 1999, com o plebiscito, o país pôde começar a ver-se enquanto "nação" e eleger, em maio de 2002, o primeiro-governo da nova República para prosseguir essa batalha. No entanto, não é simples forjar uma nação, pois, como lembra Lessa (2006), ela deve ter o seu futuro pensado por todos os seus integrantes.

São inúmeros os obstáculos para a conquista da cidadania de toda a população de Timor-Leste, tanto do ponto de vista de uma participação ampliada (PERUZZO, 1999), quanto da promoção de seu desenvolvimento humano, educativo e socioeconômico. Calculada em 924.642 habitantes, dos quais 80% vivem na zona rural e dois terços são crianças e jovens com menos de 25 anos, a maioria vivendo em condições precárias[1], ainda impera no país uma forte tradição oral[2] e o nível de escolaridade é baixo[3]. As diferenças existentes entre zona rural e urbana são igualmente flagrantes.

Desse modo, planejar o futuro tem significado algo muito além do que oferecer apenas ao povo condições de sobrevivência, pois o desenvolvimento social depende da reconstrução da infra-estrutura física do país, como casas, escolas, vias de acesso, sistema elétrico, sanitário, tratamento de águas até a infra-estrutura em recursos humanos, com a formação de pessoas especializadas para lidar com todas estas necessidades imediatas.

Tantos entraves trazem à tona o fato de que o Timor-Leste sempre foi um país em conflito com invasores e esta é a primeira vez que pode pensar em direcionar seu destino de forma independente, apesar das crises internas. Porém, embora haja acordos negociados sobre as riquezas petrolíferas do mar que o separa da Austrália - e que poderão garantir ao país uma autonomia econômica-, para a concretização de inúmeros projetos ele tem dependido da ajuda humanitária, do apoio e do investimento de diversos parceiros internacionais, entre eles, o Banco Mundial.

Polifonia e indústria cultural

Muito embora não exista o verbo *ser* em língua tétum, "o sentido da dignidade sustenta a existência dos timorenses" (MATTOSO, 2005). Essa mesma dignidade que foi ultrajada pelos indonésios e deu àquele povo a força e inteligência de lutar pela liberdade, mesmo sem armas, sem poder, sem recursos, tem, na língua portuguesa, um forte aliado.

A língua portuguesa foi a língua da resistência, dos bilhetes trocados por guerrilheiros com seus companheiros, suas famílias e sua base, das cartas de longos exílios, das orações e promessas – e resistir significa viver e ter fé naquilo que se faz, dando sentido à própria luta. O idioma, junto às variações do tétum (língua compreendida por 90% da população e língua materna de 40% dela), foi ensinado nas escolas durante o período da colonização lusitana, mas proibido pelos indonésios. Apesar de ser conhecido por apenas 15% dos timorenses4, configurou-se como língua instrucional a partir de 2002, capaz de harmonizar-se com as línguas nativas faladas em aldeias e sucos, distritos e subdistritos[5]. A cultura portuguesa do período colonial impôs-se no país, mas as tradições nativas se mantiveram. Porém, a cristianização do povo timorense reafirmou-se a partir da ocupação indonésia, no processo de busca de sua identidade (SCHOUTEN, 2001, p. 167).

Desse modo, o ensino e a divulgação do português têm representado mais uma batalha complexa a ser vencida e o suporte dos meios de comunicação social em construção é fundamental. Eles se fazem cada dia mais presentes no cotidiano da população e estão, aos poucos, superando dificuldades para se adequar a esta nova realidade, passando a divulgar matérias e programas em tétum, língua co-oficial, em malaio e introduzindo aos poucos o português, apesar de haver "um poderoso lobby anglo-saxônico que não desiste de implantar o inglês e se mantém atento e presente no país, transformando a reintrodução do português numa luta difícil e constante" (SUSPENSÃO A Contragosto, 2005, p. 2).

A vida cotidiana em Timor-Leste leva-nos a compreendê-lo como um país poliglota, onde sonoridades polifônicas se mesclam e intercambiam. Fala-se inglês nas administrações da capital, o povo usa principalmente o tétum e o malaio e, paulatinamente, reintroduz-se o português. Nas montanhas, a realidade lingüística é bem mais complexa, devido a um certo isolamento.

O distrito de Dili, primeira aglomeração urbana do país, possui atualmente uma população estimada em 200 mil habitantes, entre os quais um grande número de estrangeiros, em geral cooperantes das Nações Unidas, de missões governamentais e ONGs, militares e civis. Há também um grande número de empreendedores, principalmente chineses, que dominam o setor do comércio local. A tendência dessa população é conservar no local os hábitos de consumo e trabalho que trazem de seus países de origem (SILVA,

2004), contribuindo para a penetração dos produtos da indústria cultural ou a introdução de seus padrões culturais heterogêneos. Por tratar-se de um fenômeno recente, ainda não foi verificado até que ponto os timorenses têm assimilado estes universos culturais distintos. A questão que norteia vários estudos atuais de cunho antropológico tem sido "em que medida depois do domínio indonésio, aspectos tradicionais, portugueses, indonésios ou de chamados globais estão agora presentes em Timor Loro Sa'e, e também em que medida eles estão mutuamente influentes" (SCHOUTEN, 2001, p. 168).

Debruçar-se sobre o aporte histórico dos meios de comunicação social e, mais particularmente, sobre a evolução das rádios comunitárias, nos parece uma tentativa de compreender de que forma o futuro está sendo forjado a partir da participação popular nestes meios, o que está sendo veiculado e se tem havido contribuição do ponto de vista do desenvolvimento humano e social. Afinal, a sociedade vista como um sistema de relações de força simbólica (pois estruturado enquanto sistema de relações de força material entre grupos ou classes), considera os meios de comunicação de massa, a escola e outras instituições como formadores da opinião pública que legitimam esse poder de exercer sobre ela, a sociedade, uma "violência simbólica" (ou dominação cultural), como lembra Bourdieu.

Em Timor-Leste, justamente pela diversidade cultural de trânsito em seus espaços, como foi apontado, percebe-se o consumo de produtos audiovisuais, em geral pirateados, provenientes da indústria cultural asiática, norteamericana ou brasileira. Nas feiras livres de Dili, pode-se encontrar facilmente, e a baixo custo, cassetes, CDs e DVDs de todo tipo, em geral em inglês ou malaio (bahassa indonésio), com videoclips e filmes americanos, indonésios, chineses ou indianos, bem como grande acervo de música internacional como rock, reggae, rap e ritmos africanos, ou música brasileira dos anos 1960, tocada e cantada em diversas localidades do país, principalmente na capital, em rádios, transportes públicos, festas e reuniões sociais.

Na tentativa de verificar a influência exercida pelos *media,* convém lembrar que sua origem em Timor-Leste encontra-se marcada pela língua portuguesa e o conseqüente letramento da população antes do 25 de abril de 1974.

No século XX, até a década de 1950 (PIRES, 2001, p. 136), "os letrados, com excepção feita aos missionários católicos e a alguns altos funcionários da administração colonial ... eram quase nulos". Nas décadas de 1920-40, a maior preocupação era com a política colonial de fixação e a orientação, segundo o "Diploma Legislativo", citado pelo mesmo autor, "mais humanista e cultural", para que se fixassem os funcionários portugueses, sobretudo reformados, civis e militares". Após a Segunda Guerra Mundial, com o regresso dos portugueses que haviam se retirado durante a ocupação japonesa, a ilha configura-se como um local transitório, onde os colonizadores letrados se

revezavam nas funções docentes, mesmo sem o devido preparo para tal tarefa. Estes fatores em nada contribuíram para a instalação de uma imprensa, sobretudo porque o analfabetismo limitava o consumo da informação escrita[6] e de sua conseqüente rentabilidade. As condições de acesso a todo o território da ilha, bem como as possibilidades humanas e culturais eram igualmente um fator que restringia a distribuição de impressos. No entanto, algumas iniciativas particulares que surgiram entre os anos 1960-70 merecem destaque: na Diocese de Dili nasceu a Revista *Seara*, que facilitava "a partilha das experiências pastorais dos missionários" (PIRES, 2001, p. 142), com o intuito de evitar o isolamento daqueles que atuavam no interior da ilha. Os assuntos veiculados eram, principalmente, de cunho antropológico, abordando costumes e tradições locais. A instituição militar, com poder social fortemente marcado, criou o jornal do exército *A Província do Timor* e o Governo da Província lançou o seu jornal oficial *A Voz de Timor,* trazendo informações sobre as atividades governamentais. Com o movimento de abril de 1974, e o surgimento de associações políticas e partidos, este jornal ganhou novo impulso: "aumentou a tiragem e o número de páginas e passou a ser lido pela juventude letrada, activa e militante" (PIRES, 2001, p. 143). Os partidos políticos viam na imprensa e no rádio um meio eficaz de divulgação de seus projetos. Toda essa experiência desapareceu durante a ocupação indonésia e voltou a ser ansiada após 1999.

Atualmente, o mercado editorial ainda não se afirmou, o que promove uma grande dependência externa no tocante às publicações. Porém, em Dili, até o mês de fevereiro, existiam 6 jornais diferentes em circulação, da imprensa oficial e privada, editados em tétum e português, a saber, o *Diário Tempo*, *Diário Nacional*, Jornal Nacional *Semanário*, *A voz de Suara Timor Loro Sae*, *Timor Post* e *Timor Sun*, este último em inglês e de distribuição gratuita para a comunidade internacional. A Constituição prevê liberdade de imprensa e de associação, mas a realidade é ainda incerta quanto a estes direitos. Um jornal de oposição ao governo – o *Lia Foun* – único editado nas duas línguas oficiais, sofreu represálias políticas indiretas e teve o patrocínio da embaixada portuguesa suspenso, sendo obrigado a fechar suas portas em 2005.

A indústria cinematográfica chegou ao Timor apenas após a Segunda Guerra e serviu à divulgação do olhar e das idéias do colonizador português. Nos anos 1950, ela tem aspectos documentais, abordando a natureza e os costumes dos nativos, para depois trilhar caminhos antropológicos e etnográficos, ou ainda ficcionais. Durante os anos 1990, consolidou-se no estímulo do elo luso-timorense defendendo a luta e a cultura da liberdade de seu povo (MATOS-CRUZ, 2001, p. 162). Outros jornalistas estrangeiros também documentaram alguns episódios trágicos da história da resistência e hoje conservam suas filmagens no país como parte do acervo histórico audiovisual (STHAL, 2005). Porém, ainda não se tem notícia de produções

cinematográficas locais, realizadas pelos próprios timorenses[7], e a única sala de exibição pertence à Fundação Oriente, instalada pelos portugueses.

Embora a vida na capital pareça moderna, com televisão via satélite e rádios transmissores que captam notícias do mundo todo, o desenvolvimento dos meios de comunicação social é bastante precário no país, sobretudo na zona rural. Um estudo do Banco Mundial, em 2004, apontava dados constatando o acesso restrito da população: a cada 1000 pessoas, 2 têm telefone fixo; 27 possuem celulares e 2 são usuárias de Internet. Não foram citados dados sobre o acesso ao rádio, nem à televisão, mas sabe-se que apenas 30% dos lares têm um aparelho de rádio e 10% possuem televisão, cujo alcance não é extensivo a todo o território[8].

Ao nos debruçarmos sobre o desenvolvimento desse veículo, vimos que ele ainda não está integrado por uma rede nacional devido a vários fatores, desde a particularidade topográfica, com regiões cortadas por montanhas, até a ineficiência da rede elétrica.

Há apenas uma emissora de televisão local em funcionamento, a TVTL, que possui cobertura limitada aos Distritos de Dili e Baukau. O poder de penetração dessa emissora nascente ainda não pode ser estimado, em virtude das condições de acesso da população aos bens de consumo e da limitação tecnológica territorial. Um bom exemplo a ser citado é o de que, em uma telessala de 40 alunos da capital, apenas um deles possuía aparelho de televisão em casa[9].

Na prática, a TVTL não é organizada em seu aspecto cultural, trazendo uma programação apenas informativa veiculada nas duas línguas nacionais, o tétum e o português. Para cobrir o restante do tempo de transmissão, ela retransmite programas importados da televisão portuguesa, a RTP internacional ou usa um serviço de VT proveniente daquela emissora européia. Existe igualmente, em Timor-Leste, uma empresa privada de telecomunicações responsável por serviços de televisão via satélite, através de antena parabólica, para o público pagante.

Nesse contexto, como enquadrar as rádios comunitárias e qual tem sido o seu papel na reconstrução do país e na vida da população?

É preciso lembrar que o rádio em Timor-Leste está vinculado à sua história de lutas de ocupação, violência e resistência (BORGES, 2003, p. 17). Segundo um diretor do CRC - Centro Rádio Comunidade - o invasor indonésio controlava a mídia oficial e perseguia os meios focados no movimento de resistência. Uma rádio clandestina do movimento sobreviveu até o final de 1999. Hoje, ela serve ao público para divulgar músicas e notícias.

Por compreender a importância do veículo para disseminar a paz e os direitos recém-adquiridos, tanto no contexto da oralidade como no do analfabetismo da população, o governo de transição a cargo da UNTAET - United Nations Transitional Administration in East Timor, criou o CEP – Community Empowerment and Local Governance Project, com fundos

administrados pelo Banco Mundial, não mediu esforços para o desenvolvimento desse veículo, cujo espectro é o mais abrangente e de acesso facilitado. O rádio encontra-se presente em vários pontos do território e tem audiência em localidades distantes.

Entre 2001-2003, através de inúmeros projetos financiados por organismos internacionais, incrementou-se a instalação de estúdios e equipamentos de transmissão radiofônica comunitária em diversos Distritos, tendo sido igualmente oferecidas capacitações a comunicadores voluntários. Logo no ano 2000 surgiu a Internews e, em 2003, o CRC.

A Internews, financiada por uma agência dos estados americanos para o desenvolvimento internacional, mantém sua presença em Timor-Leste dando suporte à organização dos meios de comunicação como jornais, rádios e ao setor associativo, bem como à formação de recursos humanos e ao monitoramento das informações, e conta com um quadro funcional prioritariamente anglófono. Em abril de 2005, com um grupo de jornalistas e especialistas timorenses, fundou uma ONG para apoiar as iniciativas locais do campo da comunicação social. Trabalha em parceria com a Timor-Leste Radio Community Association (ARKTL), composta por 16 rádios[10]; com a Associação de jornalistas do Timor Post; a RTL - *Rádio Timor-Leste* (serviço público), além de oito rádios comunitárias, entre elas a **RTK** – *Rádio Timor Kamanek* – a primeira rádio comunitária de Dili, a **RCM** - *Rádio Communidade Maliana*, a **RCT** – *Rádio Communidade Tokodede* de Liquiçá; a **RCL** – *Rádio Communidade Los Palos.*

Já o CRC – Centro de Rádio Comunidade - entidade local com estatuto de ONG[11], nasceu primariamente como centro de formação e de apoio para as estações de rádio comunitárias, servindo às antigas estações de rádio CEP, mas com a visão de servir todas as estações de rádio comunitárias. Atualmente, ocupa-se do atendimento a 8 dessas rádios, oferecendo-lhes formação nas duas línguas mais veiculadas, isto é, o tétum e o malaio; da manutenção técnica dos equipamentos radiofônicos instalados, bem como da produção de programas de saúde e agricultura que distribui, realizados a partir de um pequeno estúdio montado em sua sede. Mantém laços intrínsecos com a AMARC – Associação Mundial de Rádios Comunitárias da Ásia/Pacífico -, no Nepal, que considera a rádio comunitária um setor estratégico para o crescimento da nação, reconciliação social e desenvolvimento, no qual a mobilização comunitária constitui a base do trabalho.

Para a inclusão dos diversos grupos comunitários, o CRC conta com orientações da AMARC nos cursos ministrados aos comunicadores (AMARC 8, 2003). Dessa forma, a exemplo de muitos países, o serviço de radiodifusão comunitária é garantido por voluntários, formados na própria comunidade. Porém, com a restrição do uso da eletricidade, a falta de continuidade nos

financiamentos e a ausência de projetos, a manutenção e continuidade de seus serviços têm sido prejudicadas.

Existem hoje em Timor-Leste, além das 16 emissoras comunitárias emitindo em FM, que cobrem parte importante do território e transmitem principalmente em três línguas[12], rádios que emitem em inglês, emissoras de ondas médias, como a Rádio *Timor Kmanek*, da comunidade católica, cujas transmissões ocorrem em AM e FM; a Rádio *Voz da Esperança* (ex-Falintil, Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste); uma emissora evangélica; a Rádio *Hakambia*; a Rádio Livre *Klibur*; a RDP Internacional (*Rádio Difusão Portuguesa*), bem como a emissora oficial, Rádio *Timor Leste*, da RTTL. Pode-se, igualmente, captar emissoras estrangeiras em FM como, por exemplo, a Rádio *Austrália*.

Conforme a Lei das Telecomunicações ainda vigente[13], são previstos no país três tipos de serviços: o público, o privado/comercial e o comunitário. Porém, não existem rádios privadas e desconhece-se a publicidade nesse veículo.

As rádios comunitárias, como em muitos países onde estão presentes, são definidas por essa Lei de Telecomunicações como:

> Emissoras que funcionam como uma entidade sem fins lucrativos, pertencendo a, e geridas pela comunidade. A rádio comunitária está baseada na comunidade e, portanto, deve reflectir a comunidade local, e ir ao encontro das suas necessidades, na área de informação, língua e cultura. Também deve encorajar e fomentar o seu envolvimento nos serviços da radiodifusão. Por outro lado, as emissoras comunitárias de rádio devem pertencer e serem geridas pela comunidade. Devem também contribuir duma forma activa para a comunidade à qual pertencem.

As condições de licenciamento são assim definidas: - a aprovação da comunidade local (através de seus representantes no conselho de administração da estação de rádio, que devem ser eleitos democraticamente); - da carta de aprovação ou de apoio por parte do governo local, líderes comunitários ou de negócios. Embora sem fins lucrativos as estações podem ter excedentes orçamentais ou empregar funcionários, investir na melhoria das infra-estruturas e eventos comunitários especiais e utilizar fontes múltiplas de financiamento, exceto publicidade e patrocínios.

Há uma proposta de Lei de Radiodifusão[14] que visa "tornar-se mais eficaz no desenvolvimento desta nova nação democrática, através da emissão da informação pública importante, da educação, entretenimento, a preservação da cultura local e nacional de Timor-Leste.". Estas recomendações estão mencionadas em 4 itens, a saber:

1. A Autoridade Independente da Radiodifusão, que deve ser independente do governo para garantir a livre circulação das informações, independência total de ponto de vista político e garantia da independência das rádios, da comunicação social e da informação transmitida[15], sendo que o Conselho de Administração da Autoridade deve incluir representantes de todas as facetas da comunidade, ou seja, do Governo, das rádios e da sociedade civil. Prevê-se também que o governo deve garantir o funcionamento destas rádios, através de arrecadações diversas.
2. Um Corpo Representativo das Radiodifusões, com "a criação de uma associação representativa de todas as rádios, de modo a facilitar o diálogo efectivo entre elas, o Governo, os reguladores (a Autoridade da Radiodifusão e a ARCOM) e o público". Esta Associação de Radiodifusão irá também procurar ter representatividade no Conselho da Imprensa e cumprir as leis e códigos da boa prática que ele esteja a seguir para garantir a qualidade jornalística.
3. O patrimônio Radiodifusivo da CEP (Community Empowerment Project ou Projeto de Capacitação Comunitário) e do SPRTL (Serviço Público da Radiodifusão de Timor-Leste), que garante que as antigas estações de rádio mantenham seu estatuto como estações de rádios comunitárias. O fato do Governo ser detentor de algum patrimônio poderia ter impacto na independência da rádio comunitária, sob a forma de auto-censura e também nas expectativas relacionadas com subsídios governamentais, além de representar uma forma de ingerência nos conteúdo das transmissões.
4. Apoio técnico para a infra-estrutura da radiodifusão nacional, tanto do ponto de vista da educação a da construção da democracia[16], com a transparência e isenção das informações, sobretudo governamentais[17], como do desenvolvimento de uma identidade nacional, através de conteúdos preparados localmente e de modelos de gestão. As estações de rádio comunitárias, a exemplo de muitas ONGs, oferecem um modelo de participação e gestão participativa que pode contribuir na educação social sobre a democracia participativa, que é desconhecida de muitos timorenses. Afinal, uma "rádio local bem concebida, que se identifica com uma cidade será mais ouvida que uma outra rádio, tão bem feita, que se identificar com uma região, organização administrativa mais longínqua, na qual o público se reconhece menos"(tradução livre do texto original) (KOUCHNER, 1994, p. 107).

Pode-se perceber que, apesar do rádio ser uma fonte primária de informações, são inúmeros os desafios que se apresentam para sua construção, uma vez que a grande maioria dos comunicadores que acabam de reconquistar

a cidadania ainda não estão preparados para elaborar matérias que dizem respeito às suas vidas cotidianas, tais como educação, segurança, igualdade de participação das mulheres, informações de utilidade pública, educação e serviços sociais em nível nacional e local.

No ar, uma experiência comunitária: A *Rádio Comunidade Café*

A *Rádio Café* Ermera (FM 92.3) fica no suco de Talimoro, Gleno, no Distrito de Ermera, e foi a primeira rádio inaugurada pelo ex-Primeiro Ministro, Mari Alkatiri, dentro do projeto CEP- Community Empowerment Project, do Banco Mundial, em 2002. O nome vem do produto agrícola mais importante do distrito, o café, cujas iniciais evocam para os comunicadores: C= caridade; A= amizade; F = Fidelidade; E = Esperança. Iniciou suas atividades com 8 voluntários capacitados pelo CRC, sendo 5 mulheres e 3 homens, nas funções de técnicos, repórteres, apresentadores e redatores. Hoje, da equipe original, restam 5 pessoas fixas, exercendo diversas funções na secretaria, finanças, administração e logística, e mais 16 voluntários, incluindo crianças de 7 a 16 anos que contribuem na programação. A média etária dos repórteres é de 17 a 22 anos. O técnico, Serafim Salsinha, aparenta ter 19 anos. O coordenador também é um jovem de 30 anos. Apenas o Responsável Geral, Sr. Pedro de Assunção Gonçalves, já se encontra no alto dos seus 40 anos. Levando à frente o projeto da rádio, ele foi eleito pela comunidade por ser um homem de luta empenhado em sua missão de professor, músico e artista plástico. Gosta do que faz e segue cuidando da decoração e manutenção das instalações até a mobilização comunitária.

O estúdio da rádio é amplo, bem equipado e digitalizado, com mesa, computador, deck cassete, microfones, leitor e gravador de CDs, podendo comportar até 6 pessoas em um só programa. Contudo, a rádio não possui telefone, o que limita sua interatividade ao vivo com o ouvinte, apesar da transmissão ser direta. O transmissor tem 100 Watts de potência, dos quais apenas 30 são usados e a antena fica no alto da montanha mais próxima. Graças a ela e à topografia, a rádio atinge, além de Ermera, os distritos de Ainaro, Aileu, Bobonaro, Liquiçá, a ilha de Ataúro, Baukau, chegando até Alor e Atapupu, na Indonésia. A manutenção da bateria do transmissor fica comprometida pela pouca verba destinada à rádio: apenas 20 dólares a cada 3 meses. Como a cidade só tem energia elétrica após as 18 horas, seu funcionamento é limitado ao horário noturno.

A programação tem início às 18 horas com meia hora de notícias e termina às 22 horas. Durante 4 horas, diversos programas são veiculados: um programa com o Chefe de Suco, espécie de vereador local; outro da Central de Comunidade Nacional, abrangendo 8 distritos; outro sobre agricultura, a cargo do Responsável Geral, Saúde e outro sobre Educação, comandado por

um Diretor da Escola Secundária de Gleno. Aos sábados, das 10 às 12 horas, a programação é musical, apresentada por 2 locutores, um homem e uma mulher, e há também um programa sobre poesia, com dedicatórias. Através da rádio são promovidas igualmente campanhas nacionais, como a do aleitamento materno ou pelo combate à violência doméstica, que é significativa no país.

A saúde é contemplada em um programa semanal de 1 hora que vai ao ar às segundas-feiras. São abordados alguns dos temas que mais preocupam a comunidade, como a malária, doenças respiratórias, tuberculose, lepra, diarréia e HIV, através de debates com pessoas da área da saúde, com a juventude, líderes comunitários, especialistas, membros da igreja etc.

O programa educativo conta com a participação ativa de duas professoras de uma escola primária e outra pré-secundária. No espaço da rádio, as crianças e adolescentes que coordenam, e que se encontram ou fora da escola ou em atividade escolar, aprendem desenhos e música com o diretor, além de direitos humanos, história, locução, redação de notícias e gravação de músicas que divulgam na rádio. Eles também contam histórias sobre saúde, principalmente sobre dengue, cultura e meio ambiente para a comunidade e, especialmente, para as crianças. O programa acontece uma vez por semana, às sextas-feiras, em língua tétum, e tem a duração de duas horas. Por iniciativa de alguns professores, em breve haverá ensino da língua portuguesa para que os pequenos comunicadores sejam estimulados ao estudo e aprendam a fazer uso dela na programação educativa da rádio, que tem apoio de um projeto da Internews. Já existem exemplos de programas radiofônicos que contam também "histórias de ONGs timorenses", produzidos por um conjunto de rádios comunitárias, nos distritos e na capital.

Como uma das sonoridades do rádio é justamente a oralidade, e que a palavra geradora da dialogicidade, da qual nos fala Paulo Freire (1980, p. 92), impõe um novo sentido às relações sociais, pois "o mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar", os jovens protagonistas vão se imbuindo de seu próprio papel na sociedade. Para além da palavra, os sons ouvidos no rádio evocam o consciente e o inconsciente, uma vez que "abre a possibilidade de socializar as nossas subjetividades individuais ou grupais, principalmente através da música", criando conexões coletivas em toda a sociedade para uma melhoria das propostas de comunicação (MACHADO et al., 1986, p. 120).

A educação pode ser vista como um "processo (...) adaptado a cada etapa do crescimento fisiológico, cultural e a cada grupo social (...) [envolvendo] a escola e todas as instâncias sociais que se preocupam em tornar a sociedade mais justa e mais humana" (MORAN, 1998, p. 223). Entre as ações concretas que propõe, o autor menciona "a ação específica de manuseio dos códigos; a busca de novas expressões; a produção e expressão das classes subalternas – leitura e ação crítica - até a inserção dessa leitura ativa dentro de um contexto educativo mais abrangente (...)". O rádio da

comunidade é reconhecidamente um instrumento valioso para a educação popular quando o povo nele pode se expressar de forma "horizontal e participativa" (KAPLUN, 1978, p. 34).

A educação para a cidadania, segundo Maria da Glória Gohn (1999, p. 99) abrange diversas dimensões. Ela não implica apenas na aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos, que ocorre na participação das atividades de grupo, na aprendizagem de conteúdos da escolarização formal e no desenvolvimento de potencialidades, como também compreende "a aprendizagem e o exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários".

Outro argumento relevante é o fato de que a abordagem de assuntos que "sejam definidos pelas pessoas; temas que interessam e correspondam à realidade delas" (KAPLÚN, 1998, p. 69), enriquece sobremaneira o aprendizado comunitário (tradução nossa). Ao imprimir em seus trabalhos imaginação e emoção, o jovem comunicador pode encontrar novas formas de sensibilização do grupo.

Isso contribui para a defesa da preservação da cultura nacional, um dos objetivos da rádio. A identidade timorense tem sido mais exposta às tendências da cultura internacional - através da TV via satélite e das retransmissões de rádio internacional, do que à preservação e ao desenvolvimento de sua própria cultura. Os programas de rádio produzidos localmente são um dos únicos meios da população do país, na construção de uma nação, ouvir, ver e refletir sobre a sua própria cultura em todos os 13 Distritos. Segundo Gisela Ortriwano (1998, p. 23) uma das formas atuais de se pensar o rádio seria justamente a de considerá-lo como "uma experiência cultural", pois "os meios são também produtores e modeladores de cultura". Nesta concepção, voltando-se às rádios comunitárias, "já não se pensa em emissores ativos e receptores passivos, mas que ambos adquirem um papel produtivo".

Para que haja participação no rádio da comunidade "é importante valorizar a individualidade e a identidade, equilibrar os interesses pessoais e coletivos" (COGO, 1998, p. 145). Porém, essa participação popular, na visão de Cicília M. K. Peruzzo (1998, p. 276), "implica uma decisão política e o emprego de metodologias operacionais que o favoreçam. Em matéria de comunicação, não basta incentivar o envolvimento. É necessário criar canais para tanto e mantê-los desobstruídos".

Para se avaliar o desenvolvimento dos meios de comunicação em Timor-Leste, há que se considerar o modo como se articulam as relações entre os sistemas dos meios de comunicação e as outras estruturas e instituições sociais e políticas no país. Lembramos, nesse contexto, de Felix Guattari (1990, p. 14) quando menciona a importância de uma "ecologia da comunicação", ou da "cultura mosaico", ou seja, uma interação da

comunicação enquanto sistema dentro do tecido social-omnipresente (empresa, estado, mundo, família etc.).

Ao nos voltarmos à *Rádio Comunidade Café* e ao protagonismo dos jovens timorenses que naquele espaço comunitário se revela, devemos considerar o fato de que este é um novo meio em uma nova nação independente e que as pessoas são ainda inexperientes na matéria, a prática apontando os caminhos a seguir.

Na sociedade contemporânea, segundo Morin, há novas propostas sociais nascentes que passam pela regeneração do elemento humano e humanizador (MORIN, 2002, p. 39). No contexto timorense, como diz a canção "Coração de Estudante" de Milton Nascimento, "há que se cuidar do broto", através de uma educação voltada à participação da juventude para que se possa colher os frutos de um trabalho comunitário construtivo e humanizador. Se formos considerar a taxa de natalidade atual, dentro de poucos anos o país terá o dobro de habitantes e será perpetuado como uma nação cujo futuro dependerá apenas desses jovens.

Referências bibliográficas

AMARANTE, Maria Inês; NASCIMENTO, Ivanildo Quirino. Quando a TV faz escola: o Telecurso brasileiro em Timor-Leste. PERUZZO, Cicília Maria Khroling; PINHO, José Benedito (ed.), **Anuário Internacional da Comunicação Lusófona 2006,** São Paulo: INTERCOM; Lisboa: Federação Lusófona de Ciências da Comunicação, 2006, p. 27-42..

_____. **Rádio comunitária na escola: protagonismo adolescente e dramaturgia na comunicação educativa**. Dissertação de Mestrado em Comunicação Social, São Bernardo do Campo, UMESP- Universidade Metodista de São Paulo, 2004, 225 p.

BORGES, Reinaldo. Community Radio in Conflict Situations Timor-Leste: Resilience and Hope. In: AMARC 8: "Voices for a Better World". Asia Pacific Report. 8th World Conference of Community Radio Broadcasters. Kathmandu, Nepal, Feb. 21-27, 2003. Disponível no site: www.obsmedia.amarc.org/files/AMARCAsiaPacificReport.pdf.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, trad. Maria Lúcia Machado, 1997.

BRAZILIAN COOPERATION in East Timor. **The La'o Hamutuk Bulletin**, Dili: East Timor Institute for Reconstruction Monitoring and Analysis, Vol. 4, n. 3-4, August 2003, p. 14-17.

COGO, Denise Maria. **No Ar...uma rádio comunitária**. São Paulo: Paulinas, 1998. (Coleção Comunicação e Estudos).

DEL CASTILLO, Andrés Sanchez. **Loro Sa'e, allá donde nace el sol.** La construccíon de Timor Este, una revisión histórica. Dissertação de Mestrado em Estudos de Ásia y África no El Colégio de México, D.F, 2002, 181 p.

DURAND Frédéric. Timor Loros sa'e : la destruction d'un territoire. Revista **Lusotopie**, França: Ed. Karthala, 2001.
FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política**. Impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 1999. (Coleção Questões de Nossa Época).
GONÇALVES, Pedro de Assunção. Responsável Geral pela Rádio Comunidade Café, de Ermera. Entrevista concedida à autora em 24/01/2006, em Gleno (Ermera), Timor-Leste.
GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Trad. Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas, SP: Papirus, 1990.
HULL, Geoffrey. **Manual de Língua Tétum para Timor-Leste**. Austrália: Sebastião A. da Silva Project, 2001.
KAPLUN, Mario. **Producción de Programas de radio**: el guión, la realización. 1. ed. Quito: CIESPAL, 1978.
_____. Caminos y Métodos para la Participación. In KAPLUN, Mario. **Una pedagogia de la comunicación.** Madrid: Ediciones de la Torre, 1998, p. 67-81.
KOUCHNER, Jean. **La Radio locale**: mode d'emploi. Paris: Les Guides du Centre de Formation et de Perfectionnement des Journalistes, 1994.
LESSA, Carlos. Povo e Nação. Folha São Paulo, 27/04/2006, Folha Opinião Tendências/Debates.
MORAN, José Manuel. Educar Pela Comunicação: a análise dos meios na escola e na comunidade. MARQUES DE MELO, José (org). **Pensamento Comunicacional Brasileiro.** São Bernardo do Campo: UMESP, 1998, p. 209-224.
MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Trad. Catarina Eleonora F. Da Silva e Jeanne Sawaya, 6ª ed., São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2002.
MATOS-CRUZ, José de. Timor e o Cinema. In: **Camões,** Revista de Letras e Culturas Lusófonas, Timor Loro Sa'e, n. 14, Lisboa: Instituto Camões/ Ministério dos Negócios Estrangeiros, Julho/Setembro 2001, p. 162-171.
MATTOSO, José. **A dignidade.** Konis Santana e a Resistência Timorense. Lisboa: Temas e Debates, Actividades Editoriais Ltda/ Fundação Mário Soares, 2005.
ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A Informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos.** 3ª ed. São Paulo: Summus, 1985.
PERUZZO, Cicília M. Krohling. **Comunicação nos movimentos populares - a participação na construção da cidadania**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
_____. Participação nas rádios comunitárias no Brasil. MARQUES DE MELO, José; BRANCO, Samantha C. **Pensamento comunicacional brasileiro:** o grupo de São Bernardo (1978-1998). São Bernardo do Campo: UMESP, 1999.
PIRES, Paulo. A imprensa em Timor, antes do 25 de abril. In: **Camões,** Revista de Letras e Culturas Lusófonas, Timor Loro Sa'e, n. 14, Lisboa: Instituto

Camões/Ministério dos Negócios Estrangeiros, Julho/Setembro 2001, p. 135-145.
PROPOSTA DE Lei de Radiodifusão. Versão preliminar de 19 de Julho de 2004. Disponível no site: www.internews.tp/currentprogram.htm
SCHOUTEN, Maria Johanna. Antropologia e Colonialismo em Timor português. In: Revista **Lusotopie,** França: Ed. Karthala, 2001, p. 157-171.
SILVA, Kelly Cristiane da. **Paradoxos da Autodeterminação**: a construção do Estado-nação e práticas da ONU em Timor-Leste. Tese de Doutorado apresentada na Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, 2004, 371 p.
STHAL, Max. Jornalista. Entrevista concedida à autora em 20/07/2005, em Dili, Timor-Leste, sobre a reintrodução da Língua Portuguesa e o massacre de Santa Cruz, filmado em 1991. Cassete 90'.
SUSPENSÃO A Contragosto. Jornal **Lia Foun**, Dili/TL, Ano 0, Ed. n. 31, 14 de Outubro de 2005, p. 2.
TIMOR LESTE, DILI. Constituição da República Democrática de Timor-Leste, aprovada em 22 de Março de 2002 pela Assembléia Constituinte.
TIMOR LESTE, Dili. Plano Nacional de Educação, Proposta de Lei Orgânica, Lei de Bases do Sistema Educativo do MECJD e acordos de cooperação bilateral relativos à educação não-formal.
TIMOR LESTE, Dili. Política Nacional da Educação 2005-2009 do Ministério da Educação e Cultura da RDTL, aprovada pelo Conselho de Ministros em Maio 2005, 59 p.
TIMOR LORO Sa'e: o massacre que o mundo não viu. Filme documentário. Produção e Direção de Lucélia Santos, 2001, Videocassete: VHS, color.
TIMOR LOROSA'E. **Camões**. Revista de Letras e Culturas Lusófonas, n. 14, Lisboa: Instituto Camões/Ministério dos Negócios Estrangeiros, Julho/Setembro 2001.
THE LA'O HAMUTUK Bulletin, Dili: East Timor Institute for Reconstruction Monitoring and Analysis, Vol. 6, n. 4, November 2005, 16 p.
Sites de busca: http://tsf.sapo.pt/online/internacional/interior.asp; www.unotil.org; www.internews.tp

Notas

1 Dados do recenseamento realizado em 2004. Segundo o PNUD, 41% da população timorense vive abaixo da linha nacional da pobreza, calculando-se que o dispêndio mínimo é de USD 0,55 centavos/pessoa/dia. O setor informal cresce vertiginosamente e já existem marcas de migrações crescentes da população para Dili, capital do país, em busca de alternativas de sobrevivência.

2 Em 1950, apenas 1% da população adulta era alfabetizada. Em 2001, 57% dos adultos não tinham curso primário; 23% possuíam apenas curso

primário; 18% tinham educação secundária e 1.4% haviam concluído a educação superior (DURAND, Frédéric: "Timor Loro sa'e : la destruction d'un territoire, Revista **Lusotopie,** França, Ed. Karthala, 2001.

3 Segundo informações do Ministério da Educação, o analfabetismo atinge 50% da população, principalmente entre os adultos, e a média de mulheres iletradas, na faixa etária dos 40 aos 64 anos, situa-se em torno dos 74.1%.

4 Dados do Recenseamento Nacional de 2004, disponíveis no site http://dne.mopf.gov.tp. No entanto, alguns autores afirmam que 20% da população domina o português e outros que discutem de que forma esse conhecimento tem sido avaliado.

5 Conforme Geoffrey Hull (2001), o Timor-Leste possui dezesseis línguas distintas, 12 pertencentes à família das línguas austronésias e 4 classificadas como línguas papuas. Porém, muitas dessas línguas estão subdivididas em dialetos locais e, no país todo, encontra-se em torno de 30 línguas e dialetos diferentes.

6 Em 1965, a população de Timor-Leste era de 555.723 habitantes, dos quais apenas 27% recebiam instrução – 607 no Liceu e 14.448 no ensino primário (PIRES, 2001, p. 140).

7 A ONG timorense, Instituto SAHE, tem realizado trabalhos comunitários que incluem capacitação em vídeo e em rádio e pode representar um início de produções audiovisuais independentes.

8 Dados apresentados no Relatório do UNICEF, em 2002.

9 Para a expansão do Telecurso Brasileiro, um projeto de Educação à Distância de Jovens e Adultos, implantado a partir de uma parceria entre os Ministérios da Educação dos dois países (Brasil/Timor-Leste – Educação Não-Formal), bem como para o início do Programa de Alfabetização em massa, idealizado pela cooperação cubana, a alternativa tem sido regional, isto é, a transmissão em circuito fechado, em salas especiais equipadas com televisor, vídeo e onde até se idealiza o uso de painéis de energia solar. (Vide: AMARANTE, Maria Inês; NASCIMENTO, Ivanildo Quirino).

10 Oito dessas rádios associadas são geridas pelo CRC.

11 O CRC – Centro de Rádio Comunidade, apesar de constituir-se como ONG, é mantido, principalmente, pelos Ministérios da Saúde, Agricultura, Comunicação e Transportes e Educação, enquanto prestador de serviços para 8 das 16 rádios comunitárias existentes no país e seus funcionários são igualmente pagos pelo Estado.

12 As três línguas mais utilizadas pelos meios de comunicação são o tétum, o malaio (bahassa indonésio) e, em menor escala, o português, que foi introduzido mais recentemente em parte da programação, cuja difusão em maior escala ainda depende da proficiência dos comunicadores.

13 Regulamento UNTAET 2001/15, do governo de transição.

14 Esta Proposta data de 19/07/2004 e encontra-se disponível no site: www.internews.tp/currentprogram.htm

15 Tal Proposta de Lei esbarra, em alguns aspectos, no controle que o governo pretende exercer sobre a informação através de uma polêmica Lei do Código Penal, promulgada em 2005, versando sobre difamação.

16 Estudos realizados pelo Instituto Internacional Republicano (IRI), em 2003, demonstram que a vasta maioria da população de Timor-Leste (63%) obtém a sua informação política a partir da rádio, enquanto que um estudo de 2002, conduzido pela Fundação Ásia, aponta para 67%.

17 Estudos recentes sugerem o baixo nível de informação de muitas pessoas, especialmente nos Distritos, que não sabem o que o governo está fazendo, ou por que o faz, ou quem é o seu representante local.